

NECROPOLÍTICA: a herança do pensamento pós-colonialista para compreensão da violência do Estado no Brasil

Samuel Soares Silva (UESB)¹

202220532@uesb.edu.br

Resumo: Esse resumo busca dissertar sobre a importância do pensamento pós-colonialista para uma nova perspectiva da violência do Estado brasileiro. É uma tarefa complexa, já que é possível dizer que a colonização europeia atingiu graus variados as diferentes sociedades, sendo assim os conceitos produzidos posteriormente ao período colonial possuem representações específicas para cada contexto. A partir disso, restringindo a abordagem para o Brasil, anunciamos a violência do Estado como um problema histórico que reside o tecido das relações sociais brasileira desde o início do período colonial, passando pelo império e a república, restando em comum entre esses diferentes momentos históricos é a seleção de determinados indivíduos ou grupos para serem infligidas essa violência. Ao anunciar um momento “pós” ao colonialismo, objetiva-se ir além do que é ocidental, confrontando paradigmas e epistemologias próprias das sociedades europeias, possibilitando conhecimentos e perspectivas que vão de contramão com os antigos colonizadores. Assim, a partir do conceito sociológico de Necropolítica de Achille Mbembe, ou seja, *política da morte*, se define a abordagem para compreensão da relação entre a ação do Estado e práticas que perpetuam o racismo, como conceito chave-para compreensão da violência permanente que são expressas no *Atlas da Violência de 2025*. Além disso, em decorrência da temática, cito autores como: *Lélia Gonzales* para compreensão da importância de conceitos e interpretações pós-coloniais; *Michel Misse*, para descrição da complexidade da violência em entornos urbanos, com traços históricos da desigualdade das relações coloniais; *Euclides da Cunha* e *Boris Fausto* para descrevermos a respeito dos momentos de violência do Estado no Brasil.

Palavras-chave: Necropolítica. Pós-colonialismo. Violência. Política Brasileira. Racismo

Introdução

A violência emanada do Estado, manifestada pelas diferentes instituições sociais e políticas, é um dos problemas sociais complexos que permanece na contemporaneidade do Brasil, diferentes são as causas de sua emanção, como também são diversas as formas que pode se manifestar, mas o que se observa é permanência de infligir essa violência a certas classes ou raças. Dados oficiais de mortes quantificadas no Brasil demonstram que o negro ainda é o maior alvo dessa violência, sendo questionável a ação do Estado para lidar com o grande número de

¹ Graduando em Ciências Sociais (UESB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5201479700176629>

mortes de negros como também o *modus operandi* com a criminalidade a partir de critérios de classe e raça. Para tanto, em vista de novos horizontes sobre a relação sobre violência e racismo, interpretaremos a realidade a partir da perspectiva pós-colonial.

Metodologia

Para apresentação desse resumo recorro a análise histórica por meio revisão bibliográfica de autores que dissertaram sobre: violência urbana, incluindo por parte do Estado, como Michel Misse; o pós-colonialismo como Lélia Gonzales e Manoela Correa Leda; Achille Mbembe para o conceito de Necropolítica e Fabio Luís Franco para descrições desse conceito na sociedade brasileira em alguns momentos históricos demonstrar o que o indivíduo é escolhido para lhes ser infligida a violência embasada em critérios de raça e classe. Para mais, foram utilizados dados sobre diferentes tipos de violência encontrados no Anuário Brasileiros de Segurança Pública do ano de 2025, o qual inclui anos anteriores.

A partir disso, o resumo se organizará em: definição da violência do Estado, sua manifestação em diferentes momentos históricos da história política brasileira e sua permanência na sociedade contemporânea; apresentação da vertente pós-colonialista; síntese do conceito-chave de Necropolítica que será usado no resumo como paradigma de compreensão da violência racista do Estado brasileiro; conclusão com uma síntese de uma problemática moderna.

Violência do Estado no Brasil: o que a história e os dados dizem?

A violência do Estado compreende-se como o uso da força ilegítima por esse ente e seus agentes, contraria à jurisdição, para exercer influência sobre sujeitos ou obter o resultado de morte, não so física, mas também social. A análise do conceito de Violência pela ótica sociológica percebe a complexidade do fenômeno, já que além de sua efetivação pratica, a violência também se consolida pelas representações simbólicas. Misse (2006), analista dessa temática, percebe que na região urbana do Brasil a violência: se consolidou com problemas herdados da metrópole portuguesa, resultando na figura do Estado que define como *Criminalidade* qualquer violência que não for de sua autoria; ganhou novos entornos pela acumulação social da violência com mercados ilegítimos e má gestão pública; e quando parte do Estado, a violência se define como legítima quando popularmente é desprezada.

Em diferentes momentos da historiografia brasileira é observável como o Estado exagera no uso da violência, tornando o efetivo de seu poder execrável pela brutalidade gerada. Nesse sentido, Cunha (2021) descreve o poder do Estado no conflito de Canudos em *Os Sertões*, em como a violência da polícia imperial ocasionou a morte 20 mil indivíduos, estimativamente. Fausto (2020), descreve momentos como a morte violenta e simbólica de Tiradentes, fizeram da morte e da violência uma representação da punição sobre crimes contra a soberania. Nesse contexto, tal como compreendem Mbembe (2019) e Misse (2006), o soberano é aqueles que possui o poder de decidir quem vive e quem morre.

No Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 é afirmado que mesmo com a redução do número de mortes desde o ano de 2018, há permanências no padrão dos alvos atingidos. Nas categorias “*Crianças e adolescentes vítimas de MVP*”, “*Vítimas de estupro e estupro de vulnerável*”, “*Percentual de raça/cor das vítimas de feminicídio*” e “*Distribuição das MVI por raça/cor e categoria de registro*” demonstram a preeminência do negro como sujeito majoritário da violência estatal e urbana em diferentes anuários. É afirmado que

Em relação ao perfil étnico-racial das vítimas, chama a atenção como a distribuição de raça/cor muda de acordo com cada natureza do boletim de ocorrência (BO). Se em média 79% das vítimas são negras (pretas e pardas), entre as vítimas de latrocínio (roubo seguido de morte), 60,8% são negros e 38,5% de brancos, a maior proporção de brancos entre as naturezas analisadas. Já nas mortes em decorrência de intervenções policiais os negros representam 82% das vítimas e brancos somam apenas 17,6%. (FBSP, 2025, p.35)

Além disso, outra temática discorrida em diferentes Anuários é a intervenção estatal e a letalidade provocada por seus agentes. Independentemente da redução de mortes por intervenção policial, é analisado como ilegítima a ação da segurança pública para lidar com a violência urbana, muitas vezes fortalecendo-a. Dessa maneira, Anuários anteriores, como os primeiros dos anos de 2007 e 2011, não aprofundam em suas categorias a implicância da raça na classificação da criminalidade, mas já se pautavam a letalidade das operações policiais, principalmente com indivíduos negros (FBSP, 2007. FBSP, 2011).

Pós-colonialismo e novos horizontes

Segundo Leda (2015), as teorias do pos-colonialismo são narrativas que em suas manifestações possuem como objetivo comum questionar as narrativas, epistemologias e teorias ocidentais no período sobre a modernidade e o posteriores ao processo de colonização. Portanto, autores

como Lélia Gonzales, Achille Mbembe, Edward Said, Kimberlé Crenshaw e outros, concederão novos rumos para compreensão da historiografia brasileira. Dessa maneira, o ponto de partida inicia com a perda do “*locus*” privilegiado dos ocidentais com a produção de saberes para que outras sociedades, as que foram colonizadas, construam narrativas alternativas sobre o processo colonizatório e as consequências relativas de seu contexto.

Gonzales (1998), nesse sentido, afirma que conjunto de “*valores*” e “*classificações*” dos ocidentais constituem-se a serem pensados como universais. Essa intenção constitui o que a autora chama de ideologia do branqueamento, em que os colonizados herdaram ideologias racialistas e sexistas. Entretanto, entre esses conceitos construídos pelos pós-colonialistas restringimos ao resumo apenas o de Necropolítica para compreensão da relação entre violência e racismo.

Necropolítica: o paradigma para compreender a violência do Estado

Necropolítica significa “política da morte”, são os mecanismos existentes nas relações de poder que configuram como a morte como opção política e como ela deve ser operada, instituindo o racismo como tecnologia determinante de sujeitos específicos dessa violência, o que inclui não só a morte do sujeito biológico, mas também do ser social. Criado pelo filósofo Camaronês Achille Mbembe (2019), o termo Necropolítica dialoga com o conceito de *Biopolítica* do filósofo francês Michel Foucault, em que diferentemente filósofo francês que analisa pela perspectiva de “fazer viver e deixar morrer” e seus mecanismos por parte da biopolítica, Mbembe ressalta os mecanismos a partir do “fazer morrer e deixar viver” que muito se averiguam pelos índices de violência, mortalidade, educação e saúde.

Franco (2021) adentra o uso do conceito de necropolítica para compreender as relações de poder do Estado, observando que a política da morte se opera além da inflicção física. No entender do autor

O fazer morrer, nessa necropolítica, não se esgota na aniquilação imediata da vida, no assassinato brutal, na execução sumária: Mbembe percebeu que é próprio das tecnologias necropolíticas gerir o sofrimento dos corpos, fragmentando a morte em uma miríade de pequenas mortes, um morrer a conta-gotas, com o qual a dominação se intensifica e se perpetua. (Franco, 2021, p.42)

Dessa forma, se desenvolveu instrumentos necrogovernamentais para lidar com determinadas classes e etnias desde a colonização até o governo republicano do Brasil, sendo

possível ainda identificar os infligidos dessa violência deliberada pela permanência de altos índices em diferentes modalidades de violência, enquadrando inclusive a falta de acessibilidade aos sistemas de saúde e de educação como elementos dessa violência. Observando os resultados colhidos nos anuários de violência, a necropolítica visivelmente se expressa na não decisão de intervenção para redução da violência urbana, em que o espaço das relações desses indivíduos se assemelhe a um campo de guerra legítimo para a realização do “fazer morrer do Estado”.

Conclusão

A importância do uso do conceito pós-colonial de *Necropolítica* promove interpretações além das existentes de origens ocidentais, pois além da construção de paradigmas condizentes com a realidade histórica dos países colonizados, é também expressão de saberes dos “outros” que por séculos foram embatucados. Dessa maneira, Achille Mbembe, criador do conceito de necropolítica, e Fábio Luís Franco, interprete de alguns momentos da historiografia brasileira com o conceito de necropolítica, nos fornecem novas significações sobre a ação do Estado moderno nas relações de política da morte.

Em suma, o pós-colonialismo se enquadra hoje em formas de resistência em expansão por meio da literatura, dando ao conceito novas interpretações para compreensão do problema com a alteridade. Como forma de romper o passado ainda presente da violência do Estado, não é confiável deixar a cargo do Estado e políticas públicas a solução para essa problemática, uma vez que o Estado é o agressor e o ato é sutil.

Por fim, o fortalecimento do fenômeno da violência do Estado só demonstram a permanência de mecanismos de violência utilizadas em diferentes momentos da historiografia política brasileira. Ressaltando que o objeto dessa violência são indivíduos de certa classe ou de certa raça. Dessa forma, não apenas os índices e dados referentes à violência das últimas décadas contribuem para a hipótese de que o Estado delibera para matar ou deixar morrer, mas também há uma literatura que discorre sobre o desenvolvimento da historiografia brasileira em que a soberania dos dominadores incluía o poder de deliberação sobre a vida e a morte de outros indivíduos.

Referências Bibliográficas

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2011. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 5, 2011. ISSN 1983-7364.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2007. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 1, 2007. ISSN 1983-7364.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Londrina, Livrarias Família Cristã, 2021.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2020.

FRANCO, Fábio Luís. *Governar os Mortos: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 23/01/2026

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93, p. 69-82, 1988. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>

LEDA, Manoela Correa. *TEORIAS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS: PARA REPENSAR A SOCIOLOGIA DA MODERNIDADE*, Revista Ciências sociais e perspectivas não-hegemônicas: colonialidade, decolonialidade e epistemologias do sul, Brasília, v. 23 n. 45, 2015. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11103/6383>

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo, n-1 edições, 2019.

MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Editora Lúmen Juris, Rio de Janeiro, 2006.